

Néstor Carlisky*, Rubén Zukerfeld** e Raquel Zonis Zukerfeld***

Coautores: Alcira Baldin****, Susana Boz*, Olga Cartañá*, Marita Cayupan*, Juan José Falcone*, Ricardo Frigerio*, Nilda Rodriguez Raffaelli* e Mabel Tripceovich Piovano**

Crises sociais e neutralidades: O problema dos negacionismos****

In memoriam Ricardo Frigerio.

1. Introdução: Neutralidades possíveis e impossíveis

Todos temos wishful thinking em relação a nossos analisandos. Nossos desejos diferem segundo a ideologia que professamos: isso é tudo.

Marie Langer, 1968

A psicanálise nasce na Viena do começo do século XX, que não é a Europa do pós-guerra, a qual por sua vez não é a França dos anos 1960. E nenhum desses contextos culturais são os Estados Unidos – nem o país que Freud conheceu, nem o da Guerra Fria, nem o das invasões imperia- listas. E certamente nenhuma dessas conjunturas é comparável à dos países da América Latina, quer sob democracia, quer sob ditaduras militares ou do mercado neoliberal. Ou seja, os desafios epocais variam, e a psicanálise se desenvolveu sob todas essas circunstâncias de maneiras distintas. Um dos problemas principais, sempre latente, foi a relação da clínica psicanalítica com a realidade sociopolítica e suas diferentes e às vezes dramáticas crises.

Desde Freud, diversas contribuições ressaltaram o papel da realidade externa – isto é, o efeito das circunstâncias sociais, políticas e culturais – na constituição subjetiva. Atualmente, essas circunstâncias se apresentam com certa violência numa pandemia mundial que ainda não acabou, produzindo efeitos trágicos na saúde, com seus correlatos psicológicos, sociais, econômicos e políticos, entre os quais está o negacionismo.

Por outro lado, um dos temas considerados inerentes à prática psicanalítica é a neutralidade, especialmente quando problemas da realidade sociopolítica se manifestam no campo

analítico. Acreditamos ser mais adequado falar em *neutralidades*, pela necessidade de respeitar a concepção básica de singularidade, própria de cada dupla analítica. É de supor que não existe nenhum psicanalista, com certa experiência, para quem a neutralidade não tenha se apresentado como um problema diante do qual tomar posição. Vários psicanalistas latino-americanos o fizeram em relação a distintos aspectos e a partir de diferentes perspectivas: H. Bleichmar (2001), A. Fainstein (2011), J. Fischbein (2011), L. Glocher Fiorini (2009), B. León de Bernardi (1999), L. Martinto de Paschero (2016), J. R. Padilla Herrera (2004), E. Rapaport de Aisemberg (2004), N. Vallespir (1999), entre outros. Lacan (1960/1984) e autores da psicanálise relacional, como O. Renik (1999) e R. D. Storolow e G. E. Atwood (2013), também têm seu posicionamento particular.

No entanto, o tema – como tema central de um congresso – não esteve no título de nenhum dos congressos da Fepal até hoje, nem dos congressos da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) desde 1965. Por outro lado, a noção de neutralidade é solidária à de abstinência, e esta se refere à regra de não satisfazer as demandas do paciente, sejam elas sexuais ou de vinculações extra-analíticas de qualquer ordem, e envolve uma posição ética do tratamento. A neutralidade é definida por Laplanche e Pontalis (1967/1971) – alinhados com Freud – da seguinte maneira:

O analista deve ser neutro quanto aos valores religiosos, morais e sociais, isto é, não dirigir o tratamento em função de um ideal qualquer e abster-se de qualquer conselho; neutro quanto às manifestações transferenciais, o que se exprime habitualmente pela fórmula “não entrar no jogo do paciente”; por fim, neutro quanto ao discurso do analisando, isto é, não privilegiar *a priori*, em função de preconceitos teóricos, um determinado fragmento ou um determinado tipo de significações.¹ (p. 266)

Ao observar essa definição, é possível notar que inclui três aspectos superpostos à noção de abstinência, pois – considerando-se que é uma orientação para o analista – se refere a *abster-se* de manifestar opiniões religiosas, morais e sociais, *abster-se* de entrar no jogo transferencial do paciente e *abster-se* de selecionar *a priori* ou dar importância preferencial a certas significações. Isto é, ser neutro é abster-se de dar conselhos, de satisfazer demandas e de selecionar temas no discurso do paciente.

No fim de seu texto, Laplanche convida a refletir sobre a impossibilidade de levar a cabo tais prescrições, já que estas estabelecem uma diferença marcada entre função analítica e pessoa real do analista, que em qualquer concepção de analista envolvido ou implicado nesse campo se dilui. Como assinala Baranger (1956/1969), o analista “está *inteiro* em seu trabalho” (p. 103, grifo nosso), e portanto a neutralidade seria um esforço impossível. Mas a não aplicabilidade da regra de abstenção ideológica “não significa que possamos, nem devamos, prescindir dela” (p. 103).

Como diz Rafael Paz (2008), seria uma prescrição negativa, que implica uma ética instrumental do que *não* se deve fazer, isto é, uma noção que se dirige à forma de *intervir* do analista, distinta daquilo que o analista sente ou daquilo que o paciente o faz sentir, ou seja, a contratransferência.

Pensamos então que a impossibilidade talvez tenha a ver com a diferença entre o que o pensamento do analista pode processar – e portanto sua intervenção – e seu sentimento contra-

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

** Sociedad Argentina de Psicoanálisis y Asociación Psicoanalítica Argentina.

*** Instituto Psicosomático de Buenos Aires.

**** Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

***** Prêmio Psicanálise e Liberdade 2022, Fepal.

1. N. do T.: tradução de P. Tamen. A tradução da citação está na p. 318 de: Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1991). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967)

transferencial, isto é, a repercussão afetiva do discurso do paciente. É nesse ponto que se poderia aplicar um tipo de paráfrase da fórmula pascaliana,² pois *na neutralidade de pensamento e ação, o analista tolera diferenças que muitas vezes seus sentimentos recusam ou rejeitam*.

Assim, as intervenções analíticas no campo singular resultam de variáveis distintas. Entre elas, os sentimentos prévios à chegada do paciente, somados aos sentimentos contratransferenciais, ocupam lugar de destaque para pensar o problema da neutralidade. Aqui, a nosso ver, uma afirmação freudiana em “Observações sobre o amor transferencial” (Freud, 1915[1914]/1991) torna visível a questão central: “Acho, portanto, que não se deve negar a indiferença adquirida pelo domínio da contratransferência”³ (p. 168).

Ao que parece, Strachey traduziu o termo alemão *Gleichgültigkeit* como *neutralidade*, quando de fato significaria *indiferença*. Em sua versão para o espanhol, López-Ballesteros manteve esse termo: “Mi opinión es que no debemos apartarnos ni un punto de la neutralidad que nos procura el vencimiento de la transferencia recíproca” (Freud, 1915[1914]/1997, p. 1692). É prudente lembrar que esses apontamentos freudianos são feitos no âmbito do tratamento de neuróticos, isto é, no lugar exato da descoberta do inconsciente e suas produções, ou seja, a realidade psíquica e suas dinâmicas.

De qualquer forma, de nosso ponto de vista, o importante aqui são os termos *vencimiento* ou *domínio*. Do quê? Dos sentimentos – para Freud, produtos exclusivos da transferência recíproca ou contratransferência. De fato, se a abstinência é não atuar um sentimento, a neutralidade consistiria, além disso, em *não demonstrá-lo*. Esse aspecto se torna relevante na medida em que grande parte das terapias psicanalíticas se desenvolvem hoje em dia face a face, e a expressão facial do analista desvela sentimentos que podem contradizer sua intervenção.

Assim, na neutralidade – no domínio dos sentimentos –, as palavras dizem uma coisa, e os sentimentos expressos no rosto ou no tom talvez digam outra. Aqui se aplicaria outra paráfrase pascaliana, pois *o rosto exprime sentimentos que as palavras muitas vezes ocultam*. Ou seja, o problema da neutralidade sociopolítica não passaria tanto por pensar diferente do paciente, mas por ter um sentimento de rejeição ao que o paciente apresenta, que a análise da contratransferência – além das supervisões e da análise pessoal – não necessariamente modifica por completo.

Viñar (1994) diz que

as teorias e crenças do analista, seu acervo cultural e psicanalítico são parte da neutralidade, a qual, bem entendida, não consiste em rituais de assepsia e formalidade protocolar, mas em não exercer o *poder sugestivo e doutrinador* que a regressão do paciente lhe concede. (p. 256, grifo nosso)

E pouco antes:

Não entendo por que se considera um rito em que um analista hipomímico imita um diplomata, ou um jogador de cartas, como menos doutrinador e mais neutro que a postura de arriscar-se num jogo conversacional que inclui a própria e não dissimulada gestualidade expressiva. (p. 253)

Também se apresenta aqui o problema desta nêmesis da teoria e da clínica psicanalítica chamada *sugestão* – sempre existente pelo poder da palavra de quem recebeu e sustenta um lugar ideal –, confundida com a atitude doutrinadora, hipnótica, que constitui uma operação ativa com fim determinado.

Segundo Eduardo Braier (1990), que se ocupou exaustivamente da neutralidade, ela “contribui para produzir a atmosfera analítica, que é regressiva e também – pela mesma razão – sugestiva para o analisando” (p. 178). Vários anos depois, o autor assinalou: “Ninguém pode discordar de que é preciso evitar doutrinar o analisando, mas cabe esclarecer que respeitar a liberdade de pensamento e de escolha do paciente não equivale pura e simplesmente a *abster-se de analisar*” (Braier, 2015, p. 60).

Aqui, ser neutro significa não abusar do poder. Essa seria uma clara postura ética, que Etchegoyen (1986) descreve como algo que “se integra à teoria científica da psicanálise não como simples aspiração moral, mas como necessidade de sua práxis” (p. 27). No entanto, esse mesmo analista, autodefinido como kleiniano e primeiro presidente latino-americano da IPA, observa: “É evidente que, se dizemos haver analistas que só veem a transferência e desconsideram a realidade, estamos afirmando que esses analistas estão equivocados, ou então psicóticos, já que é o psicótico que não vê a realidade” (p. 229).

Mas a realidade é percebida e valorada de acordo com a ideologia do analista, que – como a de qualquer sujeito – não é totalmente racional.

Em ciências sociais, ideologia é um conjunto normativo de *emoções*, ideias e crenças coletivas compatíveis entre si e vinculadas especialmente à conduta social humana. Por outro lado, podemos definir ideologia *sociopolítica* como o esquema organizador que articula nossos desejos conscientes e inconscientes de como preferimos que a sociedade seja, o que implica uma gama amplíssima de possibilidades individuais.

A neutralidade do analista seria possível no que diz respeito às intervenções que faz, mas não no que se refere aos sentimentos que integram sua forma de pensar, sua ideologia sociopolítica, prévia à relação com o paciente, e que pode se opor bastante à dele. De certo modo, podemos pensar que a neutralidade seria um dispositivo criado para proteger os pacientes de nossos preconceitos e ideologia, mas que isso nem sempre é possível, e em alguns casos nem é recomendável.

Em geral, as diferentes formas de entender a neutralidade vão desde assinalar seu papel central na clínica até considerá-la uma impossibilidade. E a saída da neutralidade pode ser vista como manipulação ou como intervenção com valor terapêutico.

Desse modo, não é só a saída da neutralidade sociopolítica que incide sobre o campo transferencial; a indiferença ou neutralidade sociopolítica do analista em relação a seu contexto e a negação de seus efeitos também incidem sobre a atividade clínica. Entre oferecer continência, evitar manipulações narcisistas, não pôr em funcionamento *actings* iatrogênicos e evitar a indiferença diante do contexto, *seguimos por um caminho estreito, em que a neutralidade sociopolítica é ao mesmo tempo possível e impossível*. É impossível *ser* neutro, mas é possível *fazer* intervenções neutras, que são parte do método, embora às vezes impliquem desmentidos iatrogênicos, especialmente em certos contextos sociais e políticos críticos, em que há condições objetivas de sofrimento ou alienação. Um deles, atual e cheio de incertezas, é o da crise sanitária, social, política e econômica – como indicamos no começo –, com seus importantes efeitos psíquicos, causada pela pandemia de covid-19.

2. Referência à conhecida frase dos *Pensamentos*, de Blaise Pascal: “O coração tem razões que a razão desconhece”.

3. N. do T.: tradução de C. Dornbusch. A tradução da citação está na p. 172 de: Freud, S. (2017). Observações sobre o amor transferencial. Em S. Freud, *Fundamentos da clínica psicanalítica* (pp. 165-182). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1915[1914])

O objetivo deste trabalho é justamente estudar os distintos aspectos da neutralidade – em especial, os efeitos do negacionismo nesse contexto disruptivo no âmbito latino-americano – em relação às condições sociopolíticas e sua influência no campo psicanalítico.

2. Psicanálise latino-americana: O traumático e as neutralidades

Vieram. Eles tinham a Bíblia e nós tínhamos a terra. E nos disseram: “Fechem os olhos e rezem”. E quando abrimos os olhos, eles tinham a terra e nós tínhamos a Bíblia.

Eduardo Galeano, 1971

2.1. Cláudio Eizirik (2012), citando Mariano Horenstein na *Revista Brasileira de Psicanálise*, afirma que “a psicanálise latino-americana se caracteriza por uma hibridez fértil, um vigor híbrido, uma heterodoxia pura, e que é necessário *restabelecer a impureza* no coração da psicanálise. O que nos caracteriza, pois, é uma irrecusável mestiçagem” (p. 79, grifo nosso).

Neste trabalho, propomos que a psicanálise latino-americana é exatamente o lugar onde a “pureza” das prescrições sobre a neutralidade sociopolítica foi subvertida – de maneira salutar –, porque a realidade e as histórias latino-americanas – plenas de desigualdades persistentes, pobreza, marginalização, ditaduras genocidas, democracias corrompidas e intervenções imperialistas – o provocaram.

Assim, para refletir sobre a psicanálise latino-americana e suas crises sociais e políticas, pode ser útil problematizar a questão da neutralidade, tanto nas práticas clínicas quanto nas instituições psicanalíticas. Na Argentina, essa problemática irrompeu na década de 1970, a partir da crise institucional causada pelo grupo Plataforma, grupo internacional de profundo impacto no âmbito psicanalítico argentino, que deixou marcas significativas nos analistas e em sua atividade clínica. De acordo com Carpintero e Vainer (2018), esse grupo – em razão do contexto sociopolítico – afirmava que “a APA [Associação Psicanalítica Argentina] se tornou uma empresa que luta por sua posição monopolista da psicanálise” (p. 63), cujo objetivo era, mediante uma falsa neutralidade e o apoliticismo, “a instrumentalização ideológica da psicanálise a serviço das classes dominantes de nossa sociedade” (p. 64).

Há mais de 50 anos, Achard de Demaria et al. (1968/1971) propuseram que “o país e a sociedade em que se vive constituem um objeto comum para analista e analisando” (p. 51), que esse *objeto comum* amplia o campo analítico e que “num país em crise social [...] deve ser abordado na sessão” (p. 51), e também que “a neutralidade do analista pode se ver comprometida diante do trato agressivo, não reparatório, do objeto comum, feito pelo paciente” (p. 51). Ressaltaram ainda que “a não inclusão do objeto comum no campo corre o risco de [...] contribuir para a construção de defesas” (p. 51).

Hoje em dia, na América Latina, estamos em geral diante de profundas crises sociopolíticas, que atravessam o campo analítico e as instituições psicanalíticas. Em relação a essa problemática, por ocasião da crise social no Chile, a Fepal (2019) se manifestou assim:

Convocamos as forças democráticas e as sociedades psicanalíticas para que trabalhem juntas, tanto com os *sujeitos singulares* quanto com o *coletivo*, a fim de ajudar a reparar as lesões traumáticas que continuam ocorrendo como resultado da ruptura do vínculo social que afeta nossas sociedades. (par. 5, grifos nossos)

Embora consideremos a neutralidade sociopolítica do analista tão difícil de manter – enquanto sentimento e forma de pensar – como qualquer outro tipo de neutralidade, ela teria um caráter especial. Revelar a ideologia sociopolítica é vivido como um desvelamento particularmente transgressor porque pode ser sentido como algo que desnuda aspectos muito profundos de nossa identidade, constituindo portanto uma saída extrema da abstinência. Seria o caso, talvez, de pôr em evidência dramática “mundos superpostos” (Puget & Wender, 1982). Recentemente, Puget (2017) observou que, “no âmbito das opiniões políticas, parece que se toca uma zona muito sensível, algo da ordem de uma particular dificuldade em aceitar que os elementos que concorrem para formar uma opinião são múltiplos e muitas vezes não reconhecíveis”.

Estamos falando então de um eixo que vai desde a necessidade de coincidências básicas entre paciente e analista, algo necessário e legítimo para o estabelecimento da aliança de trabalho no campo terapêutico, até a intolerância de um dos membros da dupla a uma ideologia distinta da sua.

Com frequência, os comentários sociopolíticos de nossos pacientes podem causar em nós rejeição, em especial se são violentamente opostos a nosso modo de pensar, porque nos põem diante de um discurso que sentimos como proibido de interpretar ou confrontar sem violar as regras da técnica. Aqui se produziria um cansaço contratransferencial e uma impotência terapêutica. O analista leva em conta a realidade externa, mas não pode incluí-la por temor a seu supereu e à reação do paciente, o que às vezes facilita a ruptura do processo.

O problema que se propõe em relação à saída da neutralidade sociopolítica é saber se existem indicadores claros para diferenciar quando essa saída entra na categoria de *acting* e quando tem valor terapêutico. No entanto, há algo específico na saída da neutralidade sociopolítica que seria capaz de despertar temores contratransferenciais, diferentemente de outras saídas da neutralidade. Por outro lado, a forma da saída, sua frequência e a possibilidade de *actings* são diferentes com os pacientes com que se coincide e com os que não se coincide ideologicamente.

2.2. Os eventos disruptivos com efeitos traumatogênicos constituem um capítulo especial no que diz respeito à neutralidade. Todo analista sabe o valor do apoio emocional nessas situações, mas é importante distinguir as situações sociopolíticas eventualmente traumatogênicas de outras. Por exemplo, nas catástrofes naturais, a identificação com a vítima é mais fácil que naquelas em que há diferenças ideológicas e questões éticas, sobretudo quando as vítimas sofrem violência ou ataques à integridade e à dignidade. Aqui em geral os pacientes necessitam conhecer seu analista e ter certeza de que é alguém que acredita neles e que, precisamente, *não é neutro*. Nesse sentido, Ulriksen de Viñar (1989) aponta o seguinte, referindo-se à neutralidade com vítimas de tortura e perseguição política: “A possibilidade de reparação do traumatismo induzido por tratos desumanos começa pelo reconhecimento da legitimidade do sofrimento” (p. 189). No que concerne especificamente à violação de direitos humanos, Amati Sas (2008) fala de como é imprescindível solidarizar-se com as vítimas, o que implica uma saída inevitável da neutralidade. Mas nesses casos não se trata só do que acontece com o paciente, mas também com o analista, que pertence ao mesmo âmbito do paciente.

Em termos gerais, o trauma sociopolítico é diferente do trauma infantil ou das distintas situações traumatogênicas associadas ao abandono, aos maus-tratos ou à perda de seres queridos, ainda que compartilhe com eles alguns efeitos psíquicos. No trauma sociopolítico, pode haver exclusão social, perda de *status* e grupos de pertencimento, perda de rede social,

conflitos familiares e situações de perseguição, e em casos mais graves, ameaças e perda da vida. Ilany Kogan (2004/2005), psicanalista israelense que trabalha sob circunstâncias bélicas, afirma:

Como analistas, tentamos oferecer um entorno seguro e protegido, que permita produzir com facilidade a regressão terapêutica e facilite a busca no mundo interno do indivíduo. Mas o que acontece com esse “refúgio seguro” quando as condições externas estão repletas de terror e violência? (par. 81)

A realidade externa, com seus efeitos disruptivos (econômicos, sociais, políticos), produz impactos reais sobre as pessoas, pacientes e analistas, modificações no processo, mudanças de honorário ou na frequência das sessões etc., o que não tem a ver apenas com resistências, mas com o efeito da realidade social. Aceitar que a realidade sociopolítica exerce influência sobre o tratamento pode ser entendido de diferentes formas. Ela atravessa a subjetividade da dupla analítica e se introduz no campo; o paciente pode ou não incluí-la explicitamente em seu discurso, mas faz parte de uma realidade que compartilha com o analista, com maior ou menor preocupação, com maior ou menor hostilidade, com maior ou menor dor. Às vezes, dá lugar a diferentes associações que permitem ao analista entender o que se diz dentro da história vivencial do paciente; outras vezes, permanece como relato isolado, sem referência a outro cenário psíquico.

O analista não pode ignorar todos esses efeitos que atravessam sua neutralidade. O trabalho de acompanhar o paciente de maneira empática – ainda que discordando ideologicamente dele –, validar seu sofrimento e propiciar que o próprio paciente o articule a sua história pessoal é uma tarefa básica. No exemplo atual, em que essa problemática se manifesta de modo dramático, trata-se dos efeitos da pandemia na sociedade, ou seja, nos analistas e seus pacientes, nos familiares dos analistas e nos familiares dos pacientes. E nos governos latino-americanos e suas políticas de enfrentamento de um inimigo invisível, que afeta fisicamente porque mata, psicologicamente porque assusta, e socialmente porque isola. Assim, em todo o campo da saúde houve uma intensa mobilização – que incluiu psicanalistas – para primeiro salvar vidas, e depois para cuidar da recuperação física e psicológica dos que foram atingidos, a partir das evidências científicas e da solidariedade social. Politicamente, também se produziu um mecanismo psicossocial de profunda eficácia: o *negacionismo*, que incentiva a negar as evidências com sua Bíblia de certezas, isto é, que convida as pessoas a fechar os olhos e rezar enquanto os poderosos tomam conta de seus territórios subjetivos, como sugere Galeano na citação da epígrafe.⁴

3. Neutralidades e negacionismos

*A saúde é um bem valioso; eu a amealho e guardo escondida como as pessoas antigamente amealhavam e escondiam dinheiro.*⁵

Margaret Atwood, *O conto da aia*

4. Num recente filme satírico, *Não olhe para cima* (McKay, 2021), mostra-se um líder que diz para a população olhar para baixo, a fim de não ver um cometa ameaçador no céu, clara metáfora dos mecanismos de negação do vírus da pandemia e seus efeitos.

5. N. do T.: tradução de A. Deiró (adaptada). A citação da citação está na p. 135 de: Atwood, M. (2006). *O conto da aia*. Rocco. (Trabalho original publicado em 1985)

3.1. *Negacionismo* é um conceito que não figura no tesouro de psicanálise da Associação Psicanalítica Argentina, onde constam os termos *negação*, *negativismo*, *negativo* e *desmentido*. Em nossa investigação, encontramos quatro definições desse conceito com aspectos distintos. A primeira é a da Real Academia Espanhola (RAE, 2021b), que o define como “atitude que consiste na negação de determinadas realidades e fatos históricos ou naturais relevantes, especialmente o Holocausto” (grifo nosso). As outras três definições estão na Wikipédia (“Negacionismo”, s.d.): a primeira, de Paul O’Shea (2008), diz que “é em essência um ato irracional diante de uma experiência ou evidência histórica” (par. 1, grifo nosso); a segunda, de Michael Specter (2009), afirma que negacionismo grupal é quando “todo um segmento da sociedade, em geral lutando contra o trauma da mudança, dá as costas para a realidade a favor de uma mentira mais confortável” (par. 1, grifo nosso); a terceira, do antropólogo Didier Fassin (2007), “distingue entre *negação*, definida como ‘a observação empírica de que a realidade e a verdade são negadas’, e *negacionismo*, que ele define como ‘uma posição ideológica pela qual o sujeito reage sistematicamente contra a realidade e a verdade’” (par. 5).

Isso permite destacar vários aspectos. *Seria um fenômeno irracional que, diferentemente da negação simples, torna-se posição ideológica, rejeitando certas verdades e preferindo mentiras, e cujo paradigma é a negação do Holocausto*. Esse genocídio, o genocídio armênio e vários terrorismos de Estado são eventos que passaram por negacionismos aos quais chamamos de *históricos e políticos*. Por outro lado, sabe-se que existem negacionismos *científicos*, como o do aquecimento global, o do HIV, o do terraplanismo, e em especial os relacionados com a pandemia de covid-19, eixo central deste trabalho.

O negacionismo é um fenômeno cultural, político e jurídico, tanto em sua forma científica quanto em sua forma histórica, e nessa última é preciso diferenciá-lo do revisionismo, pois, como indica Thus (2020), “não dialoga com uma base histórica sólida; em vez disso, a rejeita. [...] A história não é reexaminada, mas simplesmente negada” (p. 32). No caso da modalidade científica, o negacionismo esquece *intencionalmente* que a ciência funciona com *evidências*, que são verdades referenciais transitórias (Kornblitt, 2022), e as substitui por *certezas*. Nesse sentido, o pensamento crítico se opõe ao negacionismo, pois a atitude do primeiro é a da “dúvida bem formulada, que acaba sempre derrubando as ilusões da certeza”, como diz Siri Hustvedt (2021, p. 341). Essa autora também ressalta que a dúvida bem formulada “não aponta o dedo na cara do outro e não viraliza na internet [...] e que os fanáticos religiosos não querem nada com ela” (p. 341).

3.2. Indicamos antes, em relação à neutralidade do analista, certa diferença entre o traumático das catástrofes naturais e o trauma de origem social, econômica ou política. No entanto, a noção de trauma sociopolítico deve ser incluída em determinadas catástrofes naturais, como demonstra a pandemia de covid-19, em que foram postas em evidência as três fontes do sofrimento humano descritas por Freud (1930/1955a): corpo, realidade externa e vínculos. Um livro de Junger (1997) que deu origem ao filme *A tempestade perfeita*⁶ (Petersen, 2000) acabou por introduzir essa noção na linguagem, em referência à conjunção simultânea de todos os fatores que produzem a tempestade e seus efeitos catastróficos. Nesse sentido, em nossa perspectiva, a pandemia de covid-19 satisfaz os requisitos de uma *adversidade perfeita*,

6. N. do T.: no Brasil, *Mar em fúria*.

porque há, em primeiro lugar, uma ameaça desconhecida no mundo externo, em segundo lugar, um efeito sobre os corpos – direto ou fantasiado –, e em terceiro lugar, as consequências do isolamento, a distância e a desconfiança dos vínculos, que produzem um especial efeito de incerteza. Ao se estender, essa adversidade provocou reações sociais de negacionismo, aproveitadas e manipuladas por grupos com poder ou influência, para fins próprios, políticos ou econômicos, que causam grandes danos à saúde da comunidade. Assim, também cabe diferenciar a negação espontânea daquela que surge induzida por alguma forma de manipulação. Os meios de comunicação de distintas latitudes que, de maneira aberta ou velada, desenvolveram esse tipo de pregação contribuíram para o mesmo fim.

A nós, psicanalistas, essa situação fala da necessidade de assumir uma posição clara diante de certos discursos de ódio, porque somos cidadãos com responsabilidade social em relação ao cuidado pessoal e dos outros, por meio de máscaras, distanciamento social, teletrabalho etc.

É conhecida a rapidez com que se desenvolveram as vacinas, em tese consideradas um bem social, de características solidárias, visto que protegem não apenas o sujeito que se vacina, mas também a comunidade a que ele pertence. No entanto, com a mesma rapidez, diversos interesses políticos e econômicos, em geral através dos *mass media*, se combinaram para produzir graves distorções da realidade, verdadeiras ideias delirantes de estrutura precária, que suturam com certezas a ameaça de angústia de desintegração.

Cabe destacar que a noção realista de proteção oferecida pela vacina é invertida no negacionismo, o qual a converte em ameaça, desmentindo ao mesmo tempo a existência da verdadeira ameaça do vírus invisível.⁷ Fica claro então que a pandemia, como realidade dolorosa e catastrófica, ativa os mecanismos de renegação, estimulados por determinados discursos e pelo bombardeio informativo que atinge a atenção e altera também outras funções do eu, como o processamento da temporalidade e o julgamento da realidade.

Nessas condições, o autocuidado entra em crise pelo fato de coexistirem os saberes paranoicos com o não querer saber, isto é, o desmentido da realidade. Segundo Feierstein (2020), é nesse clima social que se produz a crise do sistema de prevenção, que permitiria tomar as medidas necessárias para impedir o pior cenário numa situação de grande incerteza. A sensação dos cidadãos é de que não podem contar com o governo. Eles desconfiam das medidas institucionais em relação à pandemia devido à guerra midiática e às *fake news*, as quais produzem uma desinformação que, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), merece o nome de infodemia.

3.3. Acreditamos ser importante assinalar que, desde o começo da pandemia, com variações entre os diversos países, do ponto de vista sociopolítico se desenvolveram dois tipos de negacionismo, os quais, a partir de uma perspectiva psicanalítica, convém diferenciar.

O primeiro é o que chamaremos negacionismo ativo (NA), indutor intencional de *percepticídio*, ou seja, contestador da gravidade da pandemia, da necessidade das restrições e, especialmente, da importância crucial da vacinação. Pode ser definido como um grupo *fundamentalista*, constituído ao redor de certezas características de círculos de direita ou ultradireita e reivindicador de um *ideal individualista de liberdade*.

7. O virologista negacionista Robert Malone comparou a vacinação obrigatória a práticas como a castração e a mutilação genital feminina, e afirmou sem fundamento que as vacinas da Pfizer e da Moderna poderiam piorar a infecção por covid-19.

O tripé que, a nosso ver, constitui o NA – isto é, indução de percepticídio, fundamentalismo e ideal individualista de liberdade – *teve e tem efeitos significativos sobre a saúde, e se apresenta na clínica psicanalítica com frequência, pondo em jogo a ética e a neutralidade dos analistas*.

Quanto ao segundo tipo, nós o entendemos como um negacionismo passivo (NP), que engloba populações mais extensas, das quais muitos integrantes são pacientes em tratamento analítico. Constitui um grupo não organizado, atravessado pelo poder discursivo do NA e sua indução percepticida, mediante certezas atemorizantes e contestadoras de evidências, e invocações à liberdade individual. Nesse grupo, é comum haver carência de pensamento crítico, muitas vezes acompanhada da idealização de figuras pseudocientíficas.

Um componente desse grupo corresponderia ao que Jorge Alemán (2021) denomina negacionismo resignado ou atenuado, o qual o autor caracteriza como “desejado por amplos setores, que como uma maré acompanham o movimento dos governos” (par. 4), “privilegiando as exigências do mercado” (par. 3). As necessidades econômicas dão um tom realista a vários desses comportamentos, facilitando o desmentido dos efeitos da pandemia. Também pertenceria a esse grupo o chamado negacionismo inocente, em que os sujeitos mantêm “a negação, por um lado, como mecanismo de defesa e, por outro, [...] resgatam o direito a opiniões impopulares nas sociedades democráticas como defesa da liberdade de expressão” (Charny, citado por Thus, 2020, p. 48).

Do ponto de vista clínico, nos negacionismos há profusão de discurso paranoico e condições deficitárias que facilitam certas idealizações. Os negacionismos são operações psicossociais construtoras de subjetividades rebeldes contra realidades evidentes, o que constitui uma obediência a ideologias da pós-verdade que habitam um amplo espectro, indo desde o movimento New Age até o fanatismo fundamentalista (o fanatismo maligno descrito por Charny), e desde o neoliberalismo até a ultradireita tradicional.

O termo *negacionismo* provém da noção de negação (*Verneinung*), proposta por Freud (1925/1955b) para se referir a um mecanismo de defesa que permite ter acesso a representações reprimidas sem aceitá-las como tais. Em relação à pandemia, na clínica é comum manifestar-se como “não tenho medo”, ou seja, permitindo aparecer um temor não aceito. Mas o conceito psicanalítico que funcionaria como operador próprio do negacionismo seria o conceito freudiano de *Verleugnung*, renegação ou desmentido, que se formularia no discurso como “o vírus não existe”. Esse mecanismo pode ser entendido como central na dinâmica percepticida, um dos três componentes do NA que influenciam o NP.

3.3.1. *Percepticídio* (Kusnetzoff, 1986) é um conceito que a princípio se referia à metodologia psicopática dos desaparecimentos aplicada de forma sistemática pelo terrorismo de Estado. Pensamos ser uma noção que – em diferente medida – pode ser usada para compreender, por exemplo, como as técnicas massivas que circulam hoje através dos algoritmos e das redes sociais anulam ou modificam as capacidades perceptivas. Essas manipulações induzem preferências artificiais a partir de afirmações falsas ou fora de contexto, e se estabelecem superpondo-se aos desejos próprios dos manipulados, fazendo desaparecer o verdadeiro e constituindo um tipo de religião naturalizada cujos adeptos gozam com o cumprimento de seus preceitos (Harari, 2011/2020). É um sistema que ataca nossa capacidade crítica e induz a uma escolha regida por manipulações em benefício de quem as realiza. Trata-se, naturalmente, de manipulações conscientes, facilitadas pela submissão prazerosa, consciente ou pré-consciente, dos manipulados.

De acordo com Ricardo Forster (2017), na era da pós-verdade, o signo se emancipa de sua função referencial. Tudo pode ser convertido em verdade irrefutável. Os que manipulam

os fios da subjetividade social estão mais ocultos na infosfera do semiocapitalismo do que na era industrial, e seu acionamento é mais global e difuso. A emancipação do signo de sua função referencial e a eficácia dos algoritmos podem tornar uma informação irrefutável, pela ampla capacidade de penetração no psiquismo individual e coletivo, o que cria um grande potencial percepticida.

No campo analítico, é importante ressaltar que as características da subjetividade social do analista, sua disponibilidade ideológica, sua formação e sua implicação no vínculo e no processo analítico podem produzir um desmentido da realidade com características de percepticídio. Essa possibilidade seria maior em analistas com uma ideologia de isolamento narcisista⁸ em relação ao social, o que implica supor o campo transferencial como uma espécie de laboratório asséptico. Também pode acontecer de ser o paciente quem precisa desmentir a realidade externa, de modo que o analista tem de modular sua intervenção para evitar a ruptura de defesas que tentam manter a integridade psíquica.

3.3.2. A *qualidade fundamentalista* do NA e certa organização assemelham esse grupo a uma massa artificial freudiana, minoritária na população, mas impetuosa e agressiva. Funciona a partir de certezas manipuladoras e determinados discursos de ódio dentro do que entendemos como pacto denegativo. Kaës (1991) afirma que esse pacto é

uma aliança inconsciente formada sobre a negatividade e pelos efeitos do negativo. Esse pacto tem objetivos múltiplos: tratar o negativo, lutar contra alguns de seus componentes, negar o negativo, [...] preservar certo estado do vínculo e reforçar a positividade do vínculo. Os pactos denegativos são pactos firmados ao mesmo tempo sobre o negativo e contra o negativo. (p. 169)

No pacto denegativo existem dois polos:

um é organizador do vínculo, o outro é defensivo. De fato, cada vínculo se organiza positivamente sobre um conjunto de investimentos e representações comuns inconscientes, ordenados para a satisfação de desejos e estruturados por um organizador psíquico inconsciente, mas também sobre um “deixar de lado” ou sobre um resto que pode seguir os diferentes avatares da repressão, do desmentido ou da rejeição. (p. 159)

Citando Roussillon, Kaës diz ainda que esses avatares podem “constituir bolsões de intoxicação ou espaços-lixeria que mantenham os sujeitos alienados de uma parte de sua própria história” (p. 159). Embora o pacto denegativo seja uma aliança inconsciente que permite a constituição de distintas organizações vinculares, no fundamentalismo, quando não se tolera o vazio ou a incerteza, eles são preenchidos com certezas; na medida em que o desmentido e a rejeição constituem “bolsões de intoxicação”, essas certezas manipuladoras podem ser formuladas no discurso de modo negativo (“a pandemia não existe”) ou de modo positivo (“as restrições afrontam a liberdade” ou “as vacinas fazem mal”).

3.3.3. O terceiro elemento central a que recorrem os negacionistas é a questão da *ausência de liberdade*. As definições da RAE (2021a) entendem a *liberdade* como a faculdade natural do homem de agir desta ou daquela maneira, ou de não agir, o que o torna responsável por seus atos, e incluem a clássica noção de não se opor às leis e aos bons costumes. Ao mesmo

8. Essa condição foi descrita por Mauricio Chevnik (comunicação pessoal, outubro de 2003) como a do analista abusado por suas próprias teorias.

tempo, assinalam que é um direito de valor superior que assegura a livre determinação das pessoas. Além disso, a RAE apresenta numerosas adjetivações para o substantivo *liberdade*, o que multiplica seu sentido e as discussões filosóficas e jurídicas ao longo da história. Mas as alegações negacionistas se referem especificamente à liberdade individual, sobre a qual Freud (1930/1955a) disse o seguinte:

A liberdade individual não é um bem cultural. Ela era maior antes de qualquer civilização, mas geralmente era sem valor, porque o indivíduo mal tinha condição de defendê-la. *Graças à evolução cultural ela experimenta restrições, e a justiça pede que ninguém escape a elas.* Aquilo que numa comunidade humana se faz sentir como impulso à liberdade pode ser revolta contra uma injustiça [...] mas também pode vir dos restos da personalidade original, não domada pela civilização.⁹ (p. 42, grifos nossos)

De certa forma, e com base em outro ponto de sua obra, Freud não faz mais que enfatizar a ação do princípio da realidade sobre a “personalidade original”, que renega seu pertencimento a um grupo. No entanto, ainda em *O mal-estar na civilização*, ele afirma que “o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, [...] mas sim que deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. [...] *Homo homini lupus*”¹⁰ (p. 56). Como aponta Sotolano (2020), nessa obra Freud cita a famosa frase de Hobbes, mas a frase original é de Plauto e está aí editada, pois o que diz é que “O homem é lobo para o homem, e não homem, quando ignora quem é o outro”. Ou seja, a “personalidade original” passa a ser o não homem na medida em que renega pertencer a um grupo cultural que incorpora regras e as noções de igualdade e solidariedade.

Nesse último sentido, Recalcati (2021) observa que o capitalismo seria um tipo de liberdade libertina, como forma possível de vida em que o gozo seria o único objetivo.¹¹ A liberdade deveria ser considerada não como individual, mas como algo sempre em conexão com o outro.

Edgar Morin, em conversa com Boris Cyrulnik (Morin & Cyrulnik, 2005), ressalta:

É evidente que podemos desejar a liberdade, mas com a condição de que os espíritos livres tenham em si, de modo muito íntimo, o sentido de comunidade. Se esse sentido de comunidade não existe, a liberdade tende a se converter em algo mais destrutivo que produtivo. (p. 45)

O problema então é quanto há de “sentido de comunidade” nas subjetividades constituídas sob o capitalismo, onde se promove a idolatria do mercado e a alta eficiência individual em detrimento da atitude de cooperação flexível (Harari, 2011/2020). É por isso que Thus (2020) afirma ser preciso mudar a disposição dos preceitos da Revolução Francesa e ordená-los assim: fraternidade, igualdade, liberdade – acrescentando que isso “é essencial porque a solidariedade, apesar de ter sido exaltada com a liberdade e a igualdade, não adquiriu consistência no Estado liberal pelo fato de prevalecer uma concepção individualista de sociedade” (p. 155).

9. N. do T.: tradução de P. C. Souza. A tradução da citação está nas pp. 57-58 de: Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização*. Em S. Freud, *Obras completas* (vol. 18, pp. 13-122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

10. N. do T.: tradução de P. C. Souza. A tradução da citação está nas pp. 76-77 de: Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização*. Em S. Freud, *Obras completas* (vol. 18, pp. 13-122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)

11. Uma charge irônica de Rudy e Daniel Paz publicada na capa do jornal *Página/12* mostra um empresário afirmando ser necessária uma reforma trabalhista que proporcione *liberdade para demitir* sem ter que pagar por isso. Um advogado lhe responde que o empregado então poderia ter a *liberdade de trabalhar quando quisesse*... sem pagar por isso.

3.3.4. A pandemia, por um lado, e a infodemia, por outro, produziram mudanças nos vínculos que atravessam o trabalho analítico e a noção de neutralidade (por exemplo, o teletrabalho), especialmente diante do fenômeno negacionista. Um fragmento de sessão num momento de quarentena e começo de vacinação evidencia isso no caso do paciente M.

O paciente M. tem 43 anos e é um profissional satisfeito com suas conquistas no trabalho. Procura a análise por problemas com a parceira, com quem convive há cinco anos e a quem define como “controladora, persecutória, sufocante”, o que se ampliou com o começo da quarentena: “Doutora, 24 horas por dia. Não aguento mais. Quero respirar ar puro”. Numa das sessões, lembra ter tido uma sensação similar quando criança. Seus pais trabalhavam e, como não tinham ajuda, deixavam os filhos (o paciente e o irmão mais novo) trancados no quarto, com a intenção de protegê-los melhor. Ele recorda o medo e a angústia que sentia por ficar nesse quarto sem poder sair.

Um fragmento de sessão, depois de transcorrido um ano de pandemia:

Paciente: Bom, doutora, já deu! Vamos voltar para as sessões presenciais. Não aguento mais.

Analista: Sinto muito, mas por enquanto vou continuar nesta modalidade. Só tomei uma dose de vacina, e os níveis de contágio ainda estão altos.

Paciente: Não vai me dizer que você engole essa história do governo, que só quer destruir a economia para nos controlar! Eles nos tratam como crianças, nos trancam em casa. Não temos liberdade, não nos deixam fazer nada...

Analista: Minha decisão de continuar com as sessões virtuais tem a ver com cuidar de mim e cuidar de você. Não é uma questão política. Por outro lado, você diz que trancam as crianças. Podemos falar sobre isso?

A renegação no paciente é acompanhada de uma passagem do medo ao ódio, assim como da percepção ao desmentido e da incerteza à certeza. A analista pode chegar a sentir o medo que esse ódio provoca, o que é importante detectar na contratransferência porque pode inibir intervenções. No entanto, consegue sair da neutralidade em sua primeira intervenção, sobre os riscos, e depois faz uma segunda intervenção, ligada à história do paciente.

As situações de risco de vida alteram a noção de neutralidade. Uma coisa é a problemática do desejo e outra a da sobrevivência. Também acontece de alguns tipos de comunicação que tentam apaziguar o medo acabarem contribuindo para a sociedade acreditar que tudo está passando, deixando de lado as medidas preventivas que muitos especialistas ainda dizem ser imprescindíveis. Nesse sentido, Eizirik (2021) afirma que é preciso pensar a neutralidade no campo analítico, não só na transferência-contratransferência, mas incluindo o papel do analista como cidadão, com pleno direito a exercer a cidadania em todos os aspectos que essa condição implica. Em relação à pandemia, o autor diz: “Ao longo de 2020, no Observatório Psicanalítico, [...] tive a oportunidade de expressar minha posição sobre as ameaças à democracia e a forma criminosa de enfrentar a pandemia no Brasil”. O Brasil foi um dos lugares da América Latina onde o negacionismo se apresentou em sua forma ativa, liderado pelo governo e seu líder carismático.

Nós, psicanalistas, podemos e devemos expressar nossas opiniões diante do negacionismo e das manifestações de ódio, pois aqueles que se aproveitam da necessidade de inimigos para vencer a incerteza podem prejudicar a vida e a saúde, esse bem valioso que a personagem de Atwood, mencionada na epígrafe, tenta amealhar e guardar escondido.

4. Considerações finais

Seria lindo não levar em conta a realidade.

Mas infelizmente não é possível.

Horacio Etchegoyen

De acordo com Ernest Jones (1955/1960), em 4 de janeiro de 1928, Freud escreve uma carta a Ferenczi parabenizando-o por seu artigo sobre a elasticidade da técnica, e diz:

Ontem o correio me trouxe duas coisas de alto valor para mim: uma correspondência de São Paulo, Brasil, em que me informam ter se constituído ali um grupo psicanalítico que solicita o ingresso na Associação Psicanalítica Internacional, e suas saudações de Ano-Novo. (p. 259)

E acrescenta:

O trabalho que acompanha sua carta [...] mostra a maturidade que você adquiriu. [...] O título é excelente, [...] visto que as recomendações sobre técnica que escrevi há tempos eram *essencialmente de caráter negativo*. [...] O mais importante era o que não se deve fazer. [...] Uma consequência dessa minha atitude foi que os *analistas doces não perceberam a elasticidade das regras* que eu tinha exposto e *se submeteram a elas como se fossem tabus*. (p. 259, grifos nossos)

Considerando a perspectiva desenvolvida neste trabalho, acreditamos que essa carta pode servir para mostrar uma curiosa coincidência. Por um lado, um dos primeiros contatos de Freud com a América Latina. Por outro, um elogio a seu principal e questionado discípulo, que inclui uma autocrítica e uma crítica à “docilidade” e à submissão que a falta de elasticidade de seus seguidores produz no desenvolvimento da técnica. Trata-se de esclarecer por que se impôs um tipo de prescrição negativa, que neste trabalho assinalamos ter sido aplicado em especial à neutralidade.

Com a irrupção da pandemia, esse problema adquiriu uma atualidade dramática, porque a realidade externa inquietante atravessa analistas, pacientes, instituições e *settings*. E essa realidade se apresenta simultaneamente de dois modos: o do vírus e dos procedimentos para combatê-lo, por um lado, e o do negacionismo e da infodemia, por outro. Em tais condições, é imperativo reformular a noção de neutralidade para os analistas-cidadãos e para as instituições psicanalíticas. Nesse sentido, é interessante considerar o que escreve Kogan (2004/2005), citando Phillips:

Margaret Little lembra que, nas primeiras jornadas científicas da Sociedade Britânica a que compareceu, havia bombas caindo a cada poucos minutos e pessoas se agachando a cada explosão. Em meio às discussões, Winnicott se levantou e disse: “Eu gostaria de observar que está acontecendo um bombardeio aéreo”, e se sentou. Ninguém prestou atenção, e a reunião continuou! (par. 85)

Não sabemos se durante a pandemia, com suas repercussões sociopolíticas e sanitárias,

houve exemplo equivalente, em alguma sociedade psicanalítica latino-americana, ao episódio protagonizado por Winnicott. Acreditamos que não, mas pensamos que a valorização da “vida exterior” do paciente e do analista – e, por conseguinte, da realidade social – foi um dos pontos centrais para problematizar a noção de neutralidade. A nosso ver, essa noção permaneceu como um preceito quase impossível de cumprir, escondida na intimidade dos consultórios, sem ser posta para a discussão teórica e clínica. Tal ocultamento contribuiu tanto para a sensação de “transgressão” vergonhosa de uma importante ferramenta terapêutica como para a dissimulação de manipulações de ética duvidosa. Talvez a pandemia e o negacionismo tenham ajudado a pôr em tensão produtiva a noção de neutralidade, na medida em que o tratamento psicanalítico já é impensável em laboratórios endogâmicos, porque os contextos sociais e políticos o atravessam inevitavelmente. Por outro lado, a covid-19 também serviu para reposicionar o valor fundamental da psicoterapia psicanalítica no campo da saúde. Contudo, ainda existe o risco, indicado por Green (2005/2011), de “uma psicanálise que dissocia [...] tudo aquilo que testemunha no mundo, e que é obrigada a conhecer dentro do âmbito analítico” (p. 119).

Num artigo sobre a desconstrução da geografia política da psicanálise, Derrida (1991) reflete sobre o futuro da psicanálise e de suas instituições no restante do mundo, isto é, nos lugares além das três grandes regiões da IPA. O termo que o filósofo usa para se referir a essa expansão é *Homo psicanaliticus*, conceito que alude a um ser dissociado de seu papel de cidadão, com vida pública e privada. Derrida define esse termo como “a mais monstruosa característica de nosso tempo” (p. 215). Na América Latina, com muita clareza, Vicente Galli (1986) descreveu o *Homo psicanaliticus* como “o de conhecimentos e ética supra-histórica, o do idioleto teórico convertido em interpretação oniabarcante de todos os campos da realidade” (p. 32).

Este trabalho tenta romper com tal dissociação, priorizar mais o paciente que a técnica, deixar de se submeter a regras “como se fossem tabus” – como diz Freud –, aceitar que nossos desejos estão atravessados por nossa ideologia – como assinala Marie Langer na epígrafe inicial –, e lembrar, levando para a prática, a simples, amável e precisa impossibilidade de que nos fala Horacio Etchegoyen na epígrafe final.

Resumo

Em situações de crise sociopolítica, entre oferecer continência e evitar manipulações narcisistas, *actings* iatrogênicos e indiferença diante do contexto, o analista segue por um caminho estreito, em que a neutralidade sociopolítica é ao mesmo tempo possível e impossível. Os comentários sociopolíticos dos pacientes podem produzir rejeição porque acionam no analista a proibição de interpretá-los ou confrontá-los, pelo risco de violar as regras da técnica. O analista não pode incluir a realidade externa por temor a seu supereu e à reação do paciente, o que às vezes facilita a ruptura do processo. Haveria dificuldade para diferenciar quando a saída da neutralidade em temas sociopolíticos é um *acting* e quando tem valor terapêutico. A pandemia, por um lado, e a infodemia, por outro, produziram mudanças nos vínculos que atravessam o trabalho analítico e a noção de neutralidade. Trata-se de uma crise que incluiu o negacionismo, um fenômeno cultural, político e jurídico, e um mecanismo psicossocial de profunda eficácia. O tripé constitutivo do negacionismo ativo – a indução percepticida, o

fundamentalismo e o ideal individualista de liberdade – afetou o trabalho do analista e sua neutralidade.

Palavras-chave: *Neutralidade, Negação, Sociedade, Política.*

Abstract

In situations of socio-political crisis, between providing continence, avoiding narcissistic manipulations, iatrogenic actings and indifference to the context, the analyst walks a narrow path where socio-political neutrality is both possible and impossible. The socio-political comments of patients can produce rejection, because their discourse generates the prohibition to interpret or confirm, without violating the rules of the technique. The analyst cannot include the external reality for fear of his super-ego and the patient's reaction, sometimes facilitating the rupture of the process. There would be a difficulty in differentiating when the departure from neutrality on socio-political issues is an acting out or when it has therapeutic value. The pandemic on the one hand and the infodemic on the other have produced changes in the links, which cross the analytical work and the notion of neutrality; it is a crisis that included negationism, a cultural, political and juridical phenomenon and a psychosocial mechanism of profound efficacy. The constitutive tripod of active negationism, perceptual induction, fundamentalism and the individualistic ideal of freedom affected the analyst's work and his neutrality.

Keywords: *Neutrality, Denial, Society, Policy.*

Referências

- Achard de Demaria, L., Pereda Valdes, A., Casas de Pereda, M., Pla, J. C., Viñar, M. & Ulriksen de Viñar, M. (1971). Crisis social y situación analítica. Em M. Langer, (comp.), *Cuestionamos: documentos de crítica a la ubicación actual del psicoanálisis*. Granica. (Trabalho original publicado em 1968)
- Alemán, J. (2021, 31 de dezembro). Covid: una mutación política. *Página/12*. <https://bit.ly/3WQVJ3o>
- Amati Sas, S. (2008). La violencia social traumática: un desafío a nuestra adaptabilidad inconsciente. *Revista de la Sociedad Argentina de Psicoanálisis*, 11-12, 275-292.
- Atwood, M. (1987). *El cuento de la criada*. Sudamericana. (Trabalho original publicado em 1985)
- Baranger, W. (1969). Interpretación e ideología: sobre la abstención ideológica. Em W. Baranger & M. Baranger, *Problemas del campo psicoanalítico*. Kargierman. (Trabalho original publicado em 1956)
- Bleichmar, H. (2001). Fundamentos y aplicaciones del enfoque modular-transformacional. *Aperturas Psicoanalíticas*, 1. <https://bit.ly/3DWYrYWw>
- Braier, E. (1990). *Psicoanálisis: tabúes en teoría de la técnica y metapsicología de la cura*. Nueva Visión.
- Braier, E. (2015). La neutralidad analítica: primera parte: su lugar e implicancias en la teoría de la técnica. *En Clave Psicoanalítica*, 8, 39-63.
- Carpintero, E. & Vainer, A. (2018). *Las huellas de la memoria 2*. Topía.
- Derrida, J. (1991). Geopsychoanalysis... and the rest of the world. *American Imago*, 48(2), 199-231.
- Eizirik, C. (2012). História, histórias, passagens da psicanálise brasileira. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(2), 77-81.
- Eizirik, C. (2021, 8 de junho). *El rol del psicoanalista en la polis* [apresentação de trabalho]. Reunião científica da Sociedade Argentina de Psicanálise.
- Etchegoyen, H. (1986). *Los fundamentos de la técnica psicoanalítica*. Amorrortu.
- Fainstein, A. (2011). El saber del analista, más allá del supuesto: actualización acerca de la neutralidad. *Docta*, 9(7), 72-80.
- Fassin, D. (2007). *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*. University of California Press.
- Federación Psicoanalítica de América Latina [Fepal]. (2019, 25 de outubro). Manifiesto convocatoria por la defensa de los

- derechos humanos y de la democracia. *Fepal.org*. <https://bit.ly/3TpqXfk>
- Feierstein, D. (2020, 2 de setembro). Coronavirus: ¿por qué fracasan todas las estrategias para frenar los contagios? *Página/12*. <https://bit.ly/3X1CBjF>
- Fischbein, J. (2011). ¿Puede ser neutral un psicoanalista? Reflexiones sobre el pluralismo teórico. *Revista de Psicoanálisis*, 68(2-3), 531-540.
- Forster, R. (2017, 29 de julho). El semiocapitalismo. *Página/12*. <https://bit.ly/3zYf3C8>
- Freud, S. (1955a). El malestar en la cultura. Em S. Freud, *Obras completas* (L. Rosenthal, trad., vol. 19, pp. 13-90). Santiago Rueda. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1955b). La negación. Em S. Freud, *Obras completas* (L. Rosenthal, trad., vol. 21, pp. 195-201). Santiago Rueda. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1991). Puntualizaciones sobre el amor de transferencia. Em S. Freud, *Obras completas* (J. L. Etcheverry, trad., vol. 12, pp. 159-176). Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915[1914])
- Freud, S. (1997). Observaciones sobre el amor de transferencia. Em S. Freud, *Obras completas* (L. López-Ballesteros, trad., vol. 2). Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1915[1914])
- Galeano, E. (1971). *Las venas abiertas de América Latina*. Siglo XXI.
- Galli, V. (1986). Agresión, psicoanálisis, historia actual. Em O. Abudara, S. Amati, R. Aragonés, L. Arias, L. Berkowicz, O. Bodni, J. Braun de Dunayevich, J. Carpman, V. Cecchi de Ianowski, R. D'Alvia, E. del Valle Echegaray, B. Dorfman Lerner, V. A. Galli, M. Dunayevich, E. Groba, J. C. Kusnetzoff, C. Moise de Borgnia, M. L. Pelento, A. M. Picollo, C. Repetto, L. Ricon, N. Sakalik de Montagna, E. Wolfberg & R. Zukerfeld, *Argentina, psicoanálisis, represión política*. Kargierman.
- Gloer Fiorini, L. (2009). Prejuicio y neutralidad: el psicoanálisis y los psicoanalistas frente a la diversidad sexual y las formas del erotismo. Em *Las sexualidades hoy*, 9-10. APA-COWAP.
- Green, A. (2011). *Ideas directrices para un psicoanálisis contemporáneo*. Amorrortu. (Trabalho original publicado em 2005)
- Harari, Y. N. (2020). *De animales a dioses*. Penguin Random House. (Trabalho original publicado em 2011)
- Hustvedt, S. (2021). *Los espejismos de la certeza*. Seix Barral.
- Jones, E. (1960). *Vida y obra de Sigmund Freud* (vol. 2). Nova. (Trabalho original publicado em 1955)
- Junger, S. (1997). *The perfect storm*. WW Norton & Company.
- Kaës, R. (1991). El pacto denegativo en los conjuntos transobjetivos. Em A. Missenard, J. Guillaumin, G. Rosolato, J. Kristeva, Y. Gutierrez, J. J. Baranes, R. Moury, R. Roussillon & R. Kaës, *Lo negativo: figuras y modalidades*. Amorrortu.
- Kogan, I. (2005). El papel del analista en la cura analítica en las épocas de crisis. *Aperturas Psicoanalíticas*, 20. <https://bit.ly/3WJKEBv> (Trabalho original publicado em 2004)
- Kornblitt, A. (2022, 3 de janeiro). Comentario sobre el film *No miren arriba (Don't look up)*. *Página/12*, 15.
- Kusnetzoff, J. C. (1986). Renegación, desmentida, desaparición y percepticidio como técnicas psicopáticas de la salvación de la patria. Em O. Abudara, S. Amati, R. Aragonés, L. Arias, L. Berkowicz, O. Bodni, J. Braun de Dunayevich, J. Carpman, V. Cecchi de Ianowski, R. D'Alvia, E. del Valle Echegaray, B. Dorfman Lerner, V. A. Galli, M. Dunayevich, E. Groba, J. C. Kusnetzoff, C. Moise de Borgnia, M. L. Pelento, A. M. Picollo, C. Repetto, L. Ricon, N. Sakalik de Montagna, E. Wolfberg & R. Zukerfeld, *Argentina, psicoanálisis, represión política*. Kargierman.
- Lacan, J. (1984). Subversión del sujeto y dialéctica del deseo en el inconsciente freudiano. Em J. Lacan, *Escritos* 2. Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1960)
- Langer, M. (1968). Psicoanálisis y/o revolución social. Em M. Langer (comp.), *Cuestionamos: documentos de crítica a la ubicación actual del psicoanálisis*. Granica.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1971). *Diccionario de psicoanálisis*. Labor. (Trabalho original publicado em 1967)
- León de Bernardi, B. (1999). Contratransferencia, comunicación analítica y neutralidad. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 89, 94-109.
- Martino de Paschero, L. (2016). Reflections on psychoanalytic neutrality: a brief revision of the theory of technique and its evolution. *Journal of Psychoanalysis, Special edition*, 53-60.
- McKay, A. (director). (2021). *No miren arriba* [filme]. Hyperobject Industries; Bluegrass Films.
- Morin, E. & Cyrulnik, B. (2005). *Diálogos sobre la naturaleza humana*. Paidós.
- Negacionismo. (s.d.). Em *Wikipédia*. <https://bit.ly/3Ek7gBm>
- O'Shea, P. (2008). *A cross too heavy: Eugenio Pacelli, politics and the Jews of Europe, 1917-1943*. Rosenberg.
- Padilla Herrera, J. R. (2004). La neutralidad: ética o moral. *Revista de la Sociedad Colombiana de Psicoanálisis*, 29(4), 627-631.
- Paz, R. (2008). *Cuestiones disputadas: en la teoría y la clínica psicoanalítica*. Biebel.
- Petersen, W. (director). (2000). *La tormenta perfecta* [filme]. Warner Bros.
- Puget, J. (2017, abril). ¿Qué lugar ocupan las opiniones en la clínica y en las decisiones que tomamos? [apresentação de trabalho]. Conferência inaugural do Departamento de Família e Casal, Associação Psicanalítica de Buenos Aires.
- Puget, J. & Wender, L. (1982). Analista y paciente en mundos superpuestos. *Psicoanálisis*, 9(3), 503-536.
- Rapaport de Aisemberg, E. (2004). Ética y neutralidad. *Revista de Psicoanálisis*, 61(3), 599-605.
- Real Academia Española [RAE]. (2021a). Libertad. Em Real Academia Española, *Diccionario de la lengua española* (23.ª ed.). Recuperado em 20 de outubro de 2022, de <https://bit.ly/3UHWI4b>
- Real Academia Española [RAE]. (2021b). Negacionismo. Em Real Academia Española, *Diccionario de la lengua española* (23.ª ed.). Recuperado em 20 de outubro de 2022, de <https://bit.ly/3tfgdp6>
- Recalcati, M. (2021, 10 de junho). *La seguridad como nuevo objeto pulsional* [apresentação de trabalho]. Associação Psicanalítica Argentina.
- Renik, O. (1999). Los peligros de la neutralidad. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 89, 9-29.
- Sotolano, O. (2020). Acerca de la construcción del odio. Em Psicoanalistas Autoconvocados, *Psicoanalistas Autoconvocados: testimonios de nuestro colectivo*. Letra Viva.
- Specter, M. (2009). *Denialism: how irrational thinking harms the planet and threatens our lives*. Penguin.
- Storolow, R. D. & Atwood, G. E. (2013). Deconstruyendo el mito del analista neutral: una alternativa desde la teoría de los sistemas. *Revista de Clínica e Investigación Relacional*, 7(1), 60-74.
- Thus, V. (2020). *Negacionismo y derecho penal*. Didot.
- Ulriksen de Viñar, M. (1989). Ruptura del vínculo social. *Psicoanálisis*, 24(1-2), 177-196.
- Vallespir, N. (1999). La (im)posible neutralidad de un analista posible. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 89, 82-93.
- Viñar, M. (1994). Entre el principio y el fin. *Revista de Psicoanálisis, Número Internacional*, 3, 247-262.

Tradução do espanhol: Ricardo Duarte